



**ATA N.º 08/2016 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2016.** -----

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV), onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira (CDU-PCP/PEV), João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT). -----
Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Maria do Céu Rodrigues Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

Verificando-se quórum, o Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte seis minutos quando deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS -----

Foi distribuído o Resumo Diário de Tesouraria de 21 de abril de 2016, que apresentava um total de disponibilidades de 148.171,81 €. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente deu início a este período, colocando para apreciação e votação a **Proposta da ata n.º 07/2016 - Reunião realizada dia 08 de abril de 2016.** -----

Relativamente à ata em questão, o Sr. Vereador Pedro Gaspar não pode votar por não ter estado presente na Reunião. -----

Posta à votação, a ata n.º 7 é aprovada por Unanimidade. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar inicia a sua intervenção, cumprimentado o Sr. Vereador Manuel Colhe, pela sua prestação enquanto Vereador, eleito pelo PS e que o substitui na sua ausência. -----

Intervém acerca de um acontecimento relativo a danos da propriedade privada que lhe foi relatado pela Munícipe Inês Espírito Santo, questiona se a situação está resolvida e o que foi explicado à Munícipe. -----

Questiona ainda sobre o envio da matéria relativa às eleições da Fundação José Relvas



para o provedor de Justiça, e solicita também uma cópia do testamento original de José Relvas. -----

Quanto à Barragem, confessa que foi surpreendido por uma notícia na Comunicação Social, que refere que a Câmara Municipal já tinha tomado uma decisão de investimento na aplicação de um tipo de produto, e considera que o executivo desconsiderou a oposição neste caso. -----

Considera que este tipo de actuação é grave, pois a oposição também representa o eleitorado, pelo que se sente ofendido por esta prática.-----

No entanto e apesar disso, solicita o parecer técnico que indica que esta é a solução mais adequada, assim como os valores de investimento que esta ação implica. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha, intervém para considerar a atuação do executivo em relação à oposição. Apresenta uma entrevista do Sr. Vereador Manuel Colhe a um jornal, que refere que pertence a um grupo de trabalhadores a que este executivo desrespeita e não atribui funções. -----

Relativamente à partilha de sugestões, considera que a falta de partilha acontece desde a primeira hora. -----

Afirma que existem eventos promovidos pela Câmara que o próprio só sabe após os mesmos se realizarem. -----

Relativamente às contas apresentadas, afirma que o Município está falido, mesmo tendo sido falsificado o Orçamento Municipal. -----

Refere ainda que a Câmara gasta dinheiro na promoção do lançamento de livros e em folclore da Ucrânia que não interessam a ninguém. -----

Considera que Alpiarça caminha para uma situação completamente catastrófica, não só pela matéria financeira mas sim pela psicologia aplicada. -----

O Sr. Presidente relativamente ao Folclore, informa que terá que se fazer um pequeno intervalo à 16h30 pois o Grupo da Ucrânia (participante no FIFCA 2016) vem atuar à Câmara Municipal. -----

Convida todos os presentes a assistir à atuação, convite extensivo aos que não gostam de folclore.-----



Relativamente à questão da múnicipe Inês Espírito Santo, informa que o Município tomou posse administrativa do terreno para fazer uma limpeza, numa situação que estava de tal forma descontrolada e incomodativa para os vizinhos. Informa que foram enviadas diversas cartas registadas que nunca foram levantadas. -----

Quanto à proposta aprovada pela Câmara Municipal e relativamente à proposta do Sr. Vereador Manuel Colhe de envio a uma entidade independente e idónea, afirma que efetivamente houve esse compromisso de se solicitar esse parecer em concordância com o Conselho de Administração da Fundação José Relvas. -----

Informa que não foi aprovado submeter esta situação a um parecer de qualquer outra entidade, este pedido seria solicitado paralelamente, tendo em conta que a Câmara Municipal já tem um parecer, assim como a Fundação também já terá o seu parecer.----

Relativamente à questão da Barragem, afirma que foi uma solução técnica que era acessível financeiramente, pela qual se optou por se considerar que pode ser uma forma que resolver os problemas daquela massa de água. Não entende como é que este facto pode ser uma desconsideração para com a oposição. -----

Afirma que muitas das vezes se arrisca a trazer para a discussão a solução que depois por diversas razões não são exequíveis. -----

Relativamente às afirmações do Sr. Vereador Francisco Cunha, o Sr. Presidente afirma que o Sr. Manuel Colhe é uma pessoa que conhece à muitos anos, e que considera de quem até é amigo e que não concorda com a ideia que ele seja perseguido. Refere que trata e sempre tratou todos os funcionários com toda a dignidade e considera que se o Vereador Manuel Colhe tivesse exposto as diversas situações de funcionários que foram durante 10 anos encostados, perseguidos e até despedidos, daria a estas afirmações alguma legitimidade. -----

Não aceita que existam agora retaliações e perseguições, existiram sim algumas pequenas alterações perfeitamente normais nos serviços. -----

Quanto à Fundação José Relvas, considera insólito ter de se dirigir ao Sr. Vereador Francisco Cunha como Presidente da Assembleia da Fundação José Relvas. Considera que esta é daquelas situações que não deveriam acontecer. -----



Relativamente à falência da Câmara Municipal, informa que os órgãos do Estado não vão à falência, pelo que a Câmara Municipal não está falida mas tem uma situação financeira muito difícil. -----

O Sr. Vereador Carlos Pereira relativamente à Barragem, informa quais as vantagens deste procedimento, e informa ainda que a interdição da pesca se deve ao facto do tratamento ter uma duração prevista de 8 semanas. -----

Na réplica o Sr. Vereador Pedro Gaspar considera que este Executivo trabalha sempre no limite, refere que fez perguntas muito claras sobre a questão da Barragem, para as quais não obteve resposta. -----

Considera que o discurso do Sr. Presidente sobre as finanças da autarquia, é um discurso falacioso. Afirma que a Autarquia não nasceu em 1998, e que em 1998 havia uma grande dívida.-----

Uma vez que o Município recebe a visita do Grupo da Ucrânia, é feito um pequeno intervalo. -----

Retomada a reunião o Sr. Vereador Francisco Cunha, afirma que foi falado na Fundação que o Sr. Presidente já tinha um parecer sobre a situação das eleições, e solicita o referido parecer. -----

Relativamente ao tratamento para com a oposição, afirma que essa questão se resume a uma frase que o Sr. Presidente lhe disse no início do Mandato, que se não estivesse satisfeito, se fosse queixar. -----

Quanto ao Funcionário Manuel Colhe, reafirma que o funcionário continua a receber sem ter nada que fazer. Relativamente à falência, afirma que as autarquias têm uma facilidade de quando se encontram em falência aparece alguma almofada financeira para resolver o problema. -----

Considera que este executivo não vai conseguir levar o Plano de Saneamento financeiro até ao fim sem recorrer a outra ajuda. -----

Em relação à Fundação considera abusivo o Sr. Presidente falar da Fundação, pois o representante do Município é um Vereador. -----

Considera que o Sr. Presidente só se preocupou com a situação quando a lista apoiada



por si perdeu as eleições, concorda que o assunto vá até ao fim, e que seja tudo verificado. -----

Afirma que a Câmara Municipal não sabe administrar corretamente o legado, e que o que José Relvas definiu foi que estes casos não é a Câmara que decide, mas sim a Assembleia dos 40 maiores contribuintes. -----

Considera que os Utentes da Fundação estão há anos a ser prejudicados, pois poderiam pagar mensalidades mais baixas, caso fossem entregues os valores referentes aos legados. -----

Para concluir o Sr. Presidente afirma que as questões coladas relativamente à dívida já foram abordadas e explicadas dezenas de vezes. -----

Considera que as afirmações do Sr. Vereador Francisco Cunha, faz parecer o setor público um sistema gastador, no entanto nada disto é a realidade, o que se assiste é a limitação da ação das autarquias na procura do bem estar das populações. -----

Relativamente ao Parecer solicitado, informa que fará chegar o parecer que solicitou, até porque lhe parece clara esta inelegibilidade. Uma vez que José Relvas queria limitar todos aqueles que exerciam e viessem a exercer funções na Câmara Municipal, pudessem tomar conta dos destinos da Fundação José Relvas. -----

Afirma que apesar das divergências políticas este executivo sempre se deu bem com os anteriores Conselhos de Administração da Fundação José Relvas. -----

O Sr Presidente informa que irá procurar dentro do respeito pelas pessoas, agir no sentido de procurar clarificar e esclarecer a questão. -----

O Sr. Vereador João Arraiolos quanto às afirmações sobre as instituições públicas, informa que as Câmaras e Juntas de Freguesia são geridas por pessoas eleitas pela população, afirma no entanto que existem situações de empresas públicas e privadas geridas por pessoas não eleitas, por vezes premiadas como grandes gestores, que com as suas más decisões provocam situação que no final têm de ser pagas pelos contribuintes. Considera incomparável o trabalho feito pelo setor publico. Relativamente à Fundação José Relvas e ao aumento de mensalidades por culpa da Câmara Municipal, esclarece que entre 2010 e 2015 foram feitas transferências pela



Câmara Municipal para a Fundação José Relvas de cerca de 46 mil e quinhentos euros e de 2006 a 2009 foram transferidos cerca de 32 mil euros, o que significa uma transferência média anual de cerca de 8 mil euros nos últimos 10 anos, pelo que este facto não deve estar relacionado com o aumento das mensalidades na Fundação José Relvas. -----

Finalizado este período, faz-se um pequeno intervalo iniciando-se o período da ordem do dia: -----

ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 - Ofício de Agradecimento da Fundação José Relvas - Fundação José Relvas

Tomado Conhecimento -----

Ponto 2 - Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Alpiarça e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Eustáquio de Alpiarça -----

O Sr. Presidente informa que este protocolo prevê a cedência deste espaço à Fabrica da Igreja por 10 anos, havendo um compromisso de melhoramentos no espaço. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha, não pondo em causa o Protocolo, questiona o porquê deste protocolo não ter sido apresentado aos vereadores na reunião do dia 8. -----

O Sr. Presidente responde que existia alguma urgência da entidade requerente para se iniciar a intervenção e que já não foi a tempo de enviar a documentação para a última reunião de câmara e questiona aos Vereadores da oposição qual seria a necessidade para esconder o protocolo. -----

Aprovada por unanimidade a ratificação -----

Ponto 3 - Proposta das Normas e respetivos anexos da Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça - Alpiagra 2016 - Município de Alpiarça - Proposta n.º 4/2016/VCJP -----

O sr. Vereador Carlos Pereira faz o enquadramento da proposta. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar questiona quais é que são as alterações introduzidas. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha questiona sobre a alteração dos valores a cobrar pelos espaços. -----

O Sr. Vereador Carlos Pereira responde que não percebe quais são as dúvidas do Sr. Vereador Pedro Gaspar, uma vez que para colocar questões o Sr. Vereador deveria ter



lido o documento anteriormente. Quanto aos valores afirma que não existem grandes alterações, no entanto informa que as atualizações de valores foram introduzidos somente para as vendas móveis e para as diversões. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha questiona sobre os valores a votar pois os mesmos não coincidem com os preços publicados em diário da República II série. -----

O Sr. Presidente esclarece que esta proposta que se apresenta se refere à edição da Alpiagra que se irá realizar. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar considera que efetivamente se deve esclarecer esta questão. -----

O Sr. Presidente esclarece que a Tabela de Taxas e Licenças foi aprovada em 2010, esta tabela erradamente incluiu a Alpiagra uma vez que neste caso as taxas não são permanentes. E que a Câmara Municipal tem toda a legitimidade de rever estas taxas.

O Sr. Vereador Francisco Cunha considera que o Sr. Presidente está a fazer uma confusão, a questão é que efetivamente esta é uma a questão técnica e que existe uma lei publicada em Diário da República e que a Câmara não pode alterar por si uma lei publicada em Diário da República. -----

O Sr. Presidente informa que esta questão está prevista na tabela de Taxas e Licenças. A Dr.ª Maria do Céu informa também que esta questão se refere a receitas e não a taxas, pelo que a Câmara pode decidir a alteração dos preços tendo em conta o artigo 25 da Tabela de Taxas e Licenças. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar, sugere que futuramente estas questões venham esclarecidas nas propostas para se evitar este tipo de dúvidas. -----

Aprovado por maioria com a abstenção dos Sr.s Francisco Cunha e Pedro Gaspar -----
Declaração de Voto do Sr. Vereador Francisco Cunha: absteve-se porque neste momento não tem documentação suficiente para ter a garantia de que as coisas estão a ser aprovadas de acordo com a lei. -----

Ponto 4 - Proposta de Hasta Pública para concessão do direito de ocupação das lojas n.ºs 02, 04 e 06 do Mercado Municipal de Alpiarça. - Município de Alpiarça - Proposta n.º 5/2016/VCJP -----



O Sr. Vereador Carlos Pereira faz o enquadramento da proposta. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar questiona se a Câmara pensa ou não fazer melhorias no espaço. O Sr. Vereador Francisco Cunha questiona se já existem interessados nesta Hasta Pública. -----

O Sr. Vereador Carlos Pereira informa que existem duas pessoas que já manifestaram interesse em instalarem lojas no mercado municipal. -----

O Sr. Presidente informa que o PARU tem um conjunto de propostas para o espaço urbano, onde está incluído o Mercado Municipal. -----

Aprovado por Unanimidade. -----

Ponto 5 - Proposta de Autorização para prosseguir com o Recrutamento, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, de um assistente operacional - Auxiliar ação educativa. - Município de Alpiarça - Proposta n.º 16/2016/VJPA -----

O Sr. Vereador João Arraiolos faz o enquadramento da proposta. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar questiona quantas pessoas serão contratadas, o Vereador João Arraiolos esclarece que é só um funcionário. -----

O Vereador Pedro Gaspar questiona se um é suficiente do ponto de vista funcional. O Sr. Vereador João Arraiolos informa que quando solicitou autorização para a contratação seria para 8 pessoas, não tendo sido autorizado pela tutela, foram colocados outros funcionários de outros serviços, considera que a contratação dos 8 funcionários continua a ser imprescindível. -----

Aprovado por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal. -----

Ponto 6 - Município de Alpiarça - Prestação de Contas do ano de 2015 - Município de Alpiarça -----

O Sr. Presidente faz o enquadramento do ponto. -----

O Sr. Vereador João Arraiolos enquadra o documento a nível técnico e informa que este é um documento que recebe contributos de quase todos os serviços da Câmara Municipal, refere que apesar das grandes dificuldades a Câmara Municipal continua a manter as suas competências. Realçou o cumprimento do orçamento da receita em



90% ao contrário daqueles que o Sr. Vereador Francisco Cunha considera “falseadores de orçamentos” entre os anos de 2005 e 2009 tiveram uma execução do orçamento da receita de cerca de 60%. -----

É feito um pequeno intervalo, e retomada a reunião o Sr. Vereador Pedro Gaspar intervém para afirmar que apesar da análise do ROC, assistiu também a um cavalgar de elogios políticos relativamente às contas apresentadas. Considera que a Câmara se limita a acatar as ordens do Plano de Saneamento Financeiro, considera que se deve arranjar forma de criar riqueza nesta terra para criar desafio financeiro e ter outra postura de dinamismo. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha intervém para afirmar que este é um assunto muito complicado. Sendo este um documento de muita responsabilidade, que foi entregue com cerca de 46 horas de antecedência. É necessário para esta análise, verificar as prestações de contas dos anos anteriores assim como os orçamentos, o que totaliza uma média de mil e tal páginas. -----

Afirma ainda que atualmente qualquer signatário do referido documento, pode ser responsabilizado pelo mesmo. -----

Esclarece que leu o relatório dos ROC's, e que o auditor tem algumas reservas referindo-se a questões relativas ao património, e relativas a criação de provisões. ----

Questiona também sobre um aumento dos investimentos financeiros, e a um empréstimo concedido de quase 200 mil euros. -----

Questiona também relativamente ao resultado líquido do exercício, quanto é que Alpiarça perdeu. Relativamente aos fornecedores questiona sobre o valor de faturas em conferência. -----

Questiona relativamente às cobranças duvidosas, quais forma os procedimentos tomados para recuperar estes valores. -----

Solicita ainda que lhe seja indicado o Prazo médio de pagamento a fornecedores em 2015 e questiona sobre o aumento de 16% relativo à iluminação pública. -----

Afirma que as receitas vindas do Governo aumentaram cerca de 4% em 2015, e que o ROC afirma que deveriam ter sido criadas cerca de 400 mil euros de provisões. -----



Afirma que irá apresentar a sua declaração de responsabilidade com a sua análise do referido documento a apresentar na Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente considera que o uso do trabalho do ROC, que inicialmente se pretendeu desvalorizar, para montar uma posição política é uma forma pouco correta de apresentar as questões. -----

Considera o que está em causa é o abaixamento da dívida do Município e o rigor das contas, e que o Vereador procurou enfatizar um conjunto de reparos feitos pelos auditores que foram muito bem recebidos pelo executivo em problemas existentes nos serviços. -----

Relativamente à obrigatoriedade da Responsabilização, compreende perfeitamente a posição do Vereador que irá transcrever o Relatório do ROC que não aponta qualquer situação de gravidade. -----

Em resposta às questões colocadas o Sr. Vereador João Arraiolos esclarece agora é bem mais fácil escrutinar estas situações, refere que as contribuições feitas pelo Município contrariamente ao que é dito demonstram que o Município não se limita a gerir a dívida. -----

Afirma ainda que a certificação legal de contas diz que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todas as matérias materialmente relevantes. -----

Aprovado por maioria com o Voto contra dos Vereadores Francisco Cunha e Pedro Gaspar remeter à Assembleia Municipal. -----

Declaração de Voto do Sr. Vereador Pedro Gaspar: Pese embora dentro da lei o tempo de distribuição da Demonstração de Resultados não permite uma análise, o Relatório do ROC levanta dúvidas suficientemente plausíveis para me fazer votar contra a apresentação destes resultados. -----

Declaração de Voto do Sr. Vereador Francisco Cunha: Tendo recebido com 46 horas de antecedência em relação à realização da Reunião de Câmara os documentos da prestação de contas do Município de Alpiarça com 500 páginas era humanamente



impossível fazer uma análise concreta e séria às contas. Ao ler o relatório do Revisor Oficial de Contas, da confiança deste executivo, considero que não estou em condições de votar favoravelmente devido à inúmeras irregularidades também referidas pelo ROC. Informo que entregarei ao Município antes da realização da Assembleia Municipal a declaração de responsabilidade exigida pelo Tribunal de Contas na sua resolução n.º 44 de 15-11-2016. quero ainda informar que coloquei ao Sr. Presidente de Câmara muitas questões técnicas e concretas e que apenas obtive respostas de âmbito político. -----

Ponto 7 - Licença especial de ruído para o período noturno compreendido entre as 21h do dia 23 de Abril de 2016 e as 02h do dia 24 de Abril de 2016, o evento realiza-se na Rua 25 de Abril, n.º 126, em Casalinho, no Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho.

Aprovado por unanimidade -----

PERÍODO DO PÚBLICO -----

Não houve intervenções -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e quarenta e dois minutos da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta. -----

E eu, Dora João Duarte Cardoso Baptista, Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, a redigi e assino.